

São Paulo-SP, 11 de maio de 2026.

Aos acionistas da

ASSETS SECURITIZADORA S/A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **ASSETS SECURITIZADORA S/A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 06 de setembro de 2023 e tem por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

Atenciosamente,

ASSETS SECURITIZADORA S/A.

Diretor Presidente
João Terra Netto Pereira

Balanço Patrimonial do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	197.121	68.002
Direitos Creditórios	6	19.952.293	14.428.928
Outros Créditos	7	4.334.244	1.964.072
Impostos a Restituir			22.603
Total do Ativo Circulante		24.483.658	16.483.605
Ativo Não Circulante			
Investimentos		93	14
Imobilizado	8	215.650	305.000
Total do Ativo Não Circulante		215.743	305.014
Total do Ativo		24.699.401	16.788.619

Balanço Patrimonial do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante			
Fornecedores		90	
Obrigações Trabalhistas		12.631	5.602
Obrigações Tributárias	9	19.432	3.480
Outras Obrigações	10	51.820	646.476
Total do Passivo Circulante		83.973	655.558
Passivo Não Circulante			
Títulos de Valores Mobiliários	11	24.270.797	16.121.061
Outras Obrigações	10	332.631	
Total do Passivo Não Circulante		24.603.428	16.121.061
Patrimônio líquido	12		
Capital social		10.000	10.000
Reserva Legal		2.000	2.000
Total do patrimônio líquido		12.000	12.000
Total do Passivo		24.699.401	16.788.619

Demonstração do Resultado do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de Securitização		6.323.281	7.224.982
Custo de Captação de Recursos		(5.059.736)	(5.779.985)
(-) Deduções de Receita Bruta		(59.788)	(67.269)
Receita operacional líquida		1.203.757	1.377.728
 Lucro bruto		 1.203.757	 1.377.728
 (Despesas) / Receitas operacionais			
Despesas Gerais e administrativas		(604.148)	(418.834)
Total das despesas operacionais		(604.148)	(418.834)
 Lucro antes do Resultado Financeiro	13	 599.609	 958.894
Receitas financeiras		22.223	1.641
Despesas financeiras		(554.918)	(15.545)
Resultado financeiro líquido	14	(532.695)	(13.904)
 Resultado antes das provisões para CSLL e IRPJ		 66.914	 944.990
Provisão para CSLL		(6.022)	(85.049)
Provisão para IRPJ		(10.037)	(212.248)
 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		 50.855	 647.693

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.000	-	783	-	1.000
Resultado do exercício				647.693	647.693
Constituição de reserva legal			1.217	(1.217)	
Distribuição de Dividendos				(646.476)	(646.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.000	-	2.000	-	12.000
Resultado do exercício				50.855	50.855
Distribuição de Dividendos				(50.855)	(50.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.000	-	2.000	-	12.000

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
- Resultado líquido antes do IRPJ E CSLL	66.914	944.990
Ajustado por:		
- Custo de Captação de Debêntures	5.059.736	5.779.985
- Depreciação	7.866	
	<u>5.134.516</u>	<u>6.724.975</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Direitos Creditorios	(5.523.365)	(14.371.151)
- Outros créditos	(2.370.172)	
- impostos a Restituir	22.603	(22.603)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
- Fornecedores	90	
- Obrigações tributárias	15.952	(2.896)
- Obrigações trabalhistas	7.029	5.602
- Outras Obrigações	333.597	630.371
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>(2.379.750)</u>	<u>(7.035.702)</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(16.059)	(297.297)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(2.395.809)</u>	<u>(7.332.999)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
- Aquisição de Investimentos	(19.174)	(4)
- Venda de investimentos	19.094	
- Aquisição de Imobilizado	(223.516)	(305.000)
- Venda de imobilizado	305.000	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>81.404</u>	<u>(305.004)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
- Pagamento de lucros	(646.476)	(646.476)
- Constituição de reserva legal		1.217
- Integralização de Debêntures	3.090.000	17.250.000
- Resgate de Debêntures		(10.200.000)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>2.443.524</u>	<u>6.404.741</u>
Aumento/(Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa)	<u>129.119</u>	<u>(1.233.262)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	68.002	1.301.264
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	197.121	68.002

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025.**

1. Contexto Operacional

A Assets Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 06 de setembro de 2023 e tem por objeto específico a exploração de negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, N° 1327, Edifício Internat Plaza II, conjunto 41, 4° Andar, Bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-011, inscrita no CNPJ sob nº 52.112.204/0001-18.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A

administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2. Riscos

2.1. Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2. Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3. Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4. Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5. Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6. PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2026, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7. Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8. Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um

cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9. Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. A Companhia procura não possuir concentração de crédito de clientes, visando a diversificação da carteira de clientes e contínuo acompanhamento dos prazos da carteira de crédito. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito, além de cobrar as garantias constituídas.

2.10. Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a

14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3. Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o

previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 4% (quatro por cento).
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
- Imposto Sobre Serviços (ISS) 2% à 5%.

4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12. Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada.

Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e

impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco Conta Movimento	197.121	68.002
Total de Caixa e Equivalentes	197.121	68.002

6. Direitos Creditórios

O saldo de Direitos Creditório é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de

propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber	19.952.293	16.393.000
Total de Direitos Creditórios	19.952.293	16.393.000

7. Outros Créditos

A conta “outros créditos” é composta por adiantamentos de contratos, os quais estão pendentes de chegarem as duplicatas para compor a operação, bem como as despesas antecipadas, dispostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Contratos	3.814.268	1.964.072
Despesas Antecipadas	519.976	
Total de Outros Créditos	4.334.244	1.964.072

8. Imobilizado

A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Móveis e utensílios	10%	223.516	(7.866)	215.650	
Veículos	20%				305.000
Total do Imobilizado		223.516	(7.866)	215.650	305.000

9. Obrigações Tributárias

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto por impostos a recolher oriundos das operações da companhia:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Cofins a recolher	13.236	2.824
PIS a recolher	2.151	459
IRRF a recolher	1.367	136
Contribuição Social a pagar	934	
IRPJ a pagar	1.558	
ISS a pagar	186	61
Total de Obrigações Tributárias	19.432	3.480

10. Outras Obrigações

O saldo de “Outras Obrigações” está composto por distribuição de dividendos, adiantamento de clientes e receitas diferidas:

a) Passivo Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	50.855	646.476
Adiantamento de Clientes	965	
Total de Outras Obrigações	51.820	646.476

b) Passivo Não Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Diferidas	332.631	
Total de Outras Obrigações	332.631	-

11. Títulos e Valores Mobiliários

Em 25 de setembro de 2023 a Companhia efetuou sua 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, em série única, composta de 500 (quinhentas) debêntures de valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

- Em 01 de Dezembro de 2023 Houve o **1º Aditamento** referente a remuneração das Debêntures ficando as seguintes remunerações:
“As debêntures farão jus a remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia descontado a taxa de administração de 20% (vinte por cento)”.
- Em 01 de Dezembro de 2025 Houve o **2º Aditamento** referente a remuneração das Debêntures ficando as seguintes remunerações:
“As debêntures farão jus a remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia descontado a taxa de administração de 30% (trinta por cento)”.

Em 07 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou sua 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, em série única, composta de 1.000 (mil) debêntures de valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

- Em 01 de Dezembro de 2025 Houve o **1º Aditamento** referente a remuneração das Debêntures ficando as seguintes remunerações:
“As debêntures farão jus a remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira de garantia descontado a taxa de administração de 30% (trinta por cento)”.

Em 10 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou sua 3ª (terceira) Emissão Privada de Debêntures Simples, em série única, composta de 1.000 (mil) debêntures de valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Dessa forma, a conta “Títulos e Valores Mobiliários” está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª Emissão	5.000.000	5.000.000
Remuneração s/Debêntures 1ª Emissão	6.634.736	4.256.191
Debêntures 2ª Emissão	10.000.000	10.000.000
Remuneração s/Debêntures 2ª Emissão	4.191.716	1.634.870
(-) Debêntures à integralizar 2ª Emissão	(4.480.000)	(4.970.000)
Debêntures 3ª Emissão	2.800.000	200.000
Remuneração s/Debêntures 3ª Emissão	124.345	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	24.270.797	16.121.061

12. Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social da companhia é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

Reserva de Lucros - A companhia apurou lucro de R\$ 50.854,68 (cinquenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) na data de 31 de dezembro de 2025 sendo destinado para a conta de distribuição de dividendos.

13. Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional	1.203.757	1.377.728
Receita Bruta de Securitização	6.323.281	7.224.982
(-) Dedução da Receita Bruta	(59.788)	(67.269)
(-) Custo de Captação de Recursos	(5.059.736)	(5.779.985)
Despesas Operacionais	(604.148)	(418.834)
Despesas Operacionais	(604.148)	(418.834)
Resultado Operacional	599.609	958.894

14. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	22.223	1.641
Distribuição de sobras	19.094	1.638
Juros sobre capital próprio	79	3
Descontos obtidos	15	
Variação Monetária Ativa	2.995	
Rendimentos Renda fixa	40	
Despesas Financeiras	(554.918)	(15.545)
Juros sobre financiamentos	(433.548)	
Despesas bancárias	(9.496)	(1.312)
Descontos concedidos	(17.480)	(265)
Juros de mora	(793)	(2.220)
Multas dedutíveis	(46)	(11.748)
IOF/IOC	(93.555)	
Resultado Financeiro Líquido	(532.695)	(13.904)

15. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Direitos Creditórios (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e Valores Mobiliários (nota 11): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo-SP, 11 de maio de 2026

João Terra Netto Pereira
Diretor Presidente

Flavio Girardi
Contador – CRC/RO 008304/O6